

Todos os planos econômicos que o País conheceu nos últimos anos foram lançados sem aprovação prévia do Congresso Nacional, que os aceitou como fato consumado. Desta vez, tem sido diferente. O governo vinculou o programa econômico à aprovação da proposta de lei orçamentária para o exercício de 1994 e tem procurado negociar com o Congresso a aprovação das medidas destinadas a gerar as receitas necessárias. Além do respeito pelas praxes democráticas, o governo assim agiu por dois outros motivos bem precisos: primeiro, porque a equipe econômica acredita que, sem zerar o déficit orçamentário, o êxito do programa estaria comprometido; e, segundo, o governo, não querendo incidir nos erros dos planos anteriores, partiu do pressuposto de que o Congresso poderia ajudar a preveni-los.

Nada o mostra melhor que o Fundo Social de Emergência (FSE), que viria completar, depois de tantas idas e vindas, o arcabouço do programa. Como bem observou o senador Mário Covas (PSDB-SP), a versão do FSE que o governo procura agora fazer aprovar pelo Congresso é inteiramente diversa da versão original concebida nos gabinetes do Ministério da Fazenda. É resultado de um inten-

Um Congresso que tem medo de decidir

so processo de negociação com o Congresso e é mais criação deste do que do Executivo. A equipe econômica dar-se-ia por satisfeita se o FSE proporcionar recursos da ordem de US\$ 9 bilhões, que é quanto calcula precisar para fechar o Orçamento sem déficit. (Isto é, se o programa não for deturpado por loucuras de verão, como o projeto de decreto legislativo "perdoando" a correção monetária paga por produtores rurais durante quinze anos e a elevação do teto salarial para os funcionários públicos, enxertada em uma medida provisória aprovada sexta-feira.)

Ora, todo congressista está cansado de saber que o FSE é prioritário, que tem desdobramentos previstos, como a introdução da Unidade Real de Valor (URV) visando dominar a inflação, e que sinalizaria a retomada de negociações com o Fundo Monetário Internacional (FMI), de modo a fechar o acordo com os bancos credores. Mas, para grande parte dos deputados e senadores, estas são considerações de segunda ou, melhor dizendo,

de terceira ordem, como se viu na quinta-feira. Depois de algumas horas de sessão do Congresso Revisor, os representantes do povo, exaustos, não tinham mais fôlego para votar o FSE. E na sexta-feira, é claro, trataram de buscar o merecido repouso o mais longe possível de Brasília.

Está coberto de razão o ministro Fernando Henrique Cardoso quando afirma que o Congresso está em choque com o País. A muitos congressistas pouco importa uma saída democraticamente negociada para os problemas econômicos do País. Nunca talvez o Brasil se tenha encontrado em uma conjuntura tão favorável para executar um plano, que, se não é espetacular, foi racionalmente formulado, introduz novos conceitos de administração pública, tem reais possibilidades de fazer baixar a inflação e pode assegurar a credibilidade externa em nossa economia. Insensíveis, as correntes retrógradas que até agora têm prevalecido preferem a protelação em nome de objetivos eleitorais. Para tais congressistas, Fernando Henrique

Cardoso não é um ministro com um plano exequível. É um candidato a barrar e a melhor forma de fazê-lo é barrando as idéias que ele quer ver postas em prática.

Digamos a verdade: os obstrucionistas têm medo do êxito do programa econômico. Têm medo de que a inflação deixe de corroer violentamente os salários. Têm medo de que os juros para as empresas baixem. Têm medo de que as condições de emprego melhorem. Têm medo de que o governo, racionalizando os gastos, possa aplicar mais recursos em alimentação, saúde e educação. Não raciocinam em termos de governabilidade e estabilidade. Não imaginam que, com o ajuste pretendido, o próximo presidente da República, qualquer que seja o escolhido no pleito deste ano, terá condições muito melhores para estruturar o seu governo.

Apesar de tudo, resta-nos a esperança de que o pronunciamento do ministro da Fazenda pela TV nesta segunda-feira seja capaz de sensibilizar os congressistas. Talvez na terça-feira o Congresso Revisor vote afinal o FSE, afastando a hipótese de um "pacote" econômico de cima para baixo, que o povo brasileiro definitivamente não merece.